



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E  
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO  
DE AUDITOR PÚBLICO INTERNO DA CONTROLADORIA  
GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

## PROVA OBJETIVA – MANHÃ

### AUDITOR PÚBLICO INTERNO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



#### TEMPO

- Você dispõe de **05:00 (cinco horas)** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

Observe a tirinha abaixo e identifique a afirmativa correto sobre ela:



- (A) A pergunta do personagem à direita da imagem pretende debochar do outro personagem.
- (B) O personagem da direita chama de “conclusão” uma frase que nada conclui.
- (C) O humor da tirinha se localiza numa contradição interna das falas do personagem da esquerda.
- (D) A palavra “pesquisa” foi utilizada duas vezes, com o mesmo sentido.
- (E) A tirinha tem por objetivo mostrar a inutilidade das pesquisas eleitorais.

2

A frase abaixo que mostra uma visão positiva da justiça é:

- (A) A justiça é cega, mas não devemos fazê-la paralisada. (Mark Berg)
- (B) Uma alma nobre faz justiça mesmo aos que a recusam. (Marquês de Condorcet)
- (C) É impossível sermos justos, pois somos humanos. (Marquês de Vauvenargues)
- (D) É claro que a justiça, sendo cega, não vê se é vista, e então não se envergonha. (Machado de Assis)
- (E) O preço da justiça está no canhoto do meu talão de cheques. (Sérgio Naya)

3

Nosso grande pensador Rui Barbosa declarou:

“O direito não se impõe somente com o peso dos exércitos. Também se impõe, e melhor, com a pressão dos povos.”

A respeito desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito também pode, segundo Rui Barbosa, ser imposto pela força.
- (B) O direito, segundo esse pensamento, só é imposto pela força popular.
- (C) O direito é um bem abstrato, sem interferência do poder dos homens.
- (D) os termos “dos exércitos” e “dos povos” representam os pacientes dos termos anteriores.
- (E) o termo “e melhor” mostra a correção de um erro anterior.

4

O grande filósofo grego Platão disse: “A punição que os bons sofrem, quando se recusam a tomar parte do governo, é viver sob o governo dos maus”.

Com essa frase, Platão valoriza.

- (A) a solidariedade com os mais pobres.
- (B) a bondade mesmo em relação aos inimigos.
- (C) a vigilância constante dos atos governamentais.
- (D) a participação política na sociedade.
- (E) a revolta contra os maus.

5

Todas as frases abaixo se apoiam em comparações. A opção em que a comparação não está explicada, é:

- (A) Política é como fotografia. Se você se mexer, não sai.
- (B) Governe uma grande nação do mesmo modo como você cozinha um peixinho: não exagere.
- (C) Países são como frutas: os vermes estão dentro.
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas escuta.
- (E) O elefante é como um camundongo construído segundo as especificações do Estado.

6

Observe a seguinte frase:

“Na política a gente consegue eliminar os piores, mas nunca consegue eleger os melhores”.

Se substituirmos a oração reduzida “eleger os melhores” por uma oração desenvolvida, a forma adequada dessa oração seria:

- (A) a eleição dos melhores.
- (B) que se elejam os melhores.
- (C) que fossem eleitos os melhores.
- (D) que se elegessem os melhores
- (E) elegerem-se os melhores

7

A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:

- (A) Desconfiai sempre de afirmações alheias.
- (B) Alguém que tenha um milhão de euros sente-se tão bem como se fosse rico.
- (C) Não é preciso muito para ser um produtor de codornas. Vo-cê coloca um casal numa gaiola e é tudo.
- (D) Eu me disporia a tentar entender a mágica se me convencessem de que alguém entende.
- (E) Às vezes, precisamos de uma mudança para transformar uma obrigação cansativa numa interessante experiência.

### Raciocínio Lógico

8

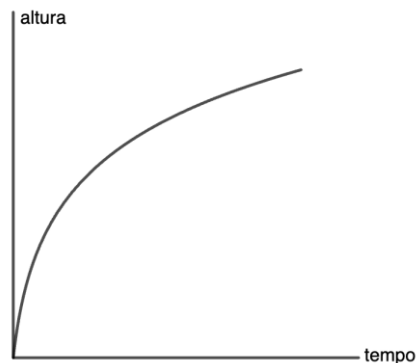
A figura ilustra um recipiente com uma base de apoio circular e abertura também circular na sua parte superior. O diâmetro da base é maior do que o da abertura e, vista de frente, a sua parede lateral é retilínea.



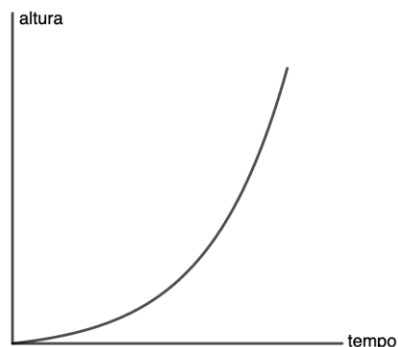
O recipiente encontra-se vazio e apoiado em uma mesa horizontal, quando começa-se a despejar, em seu interior, água à vazão constante até que fique completamente cheio.

O gráfico que melhor representa a altura da água com o transcorrer do tempo contado a partir do início do enchimento do recipiente é

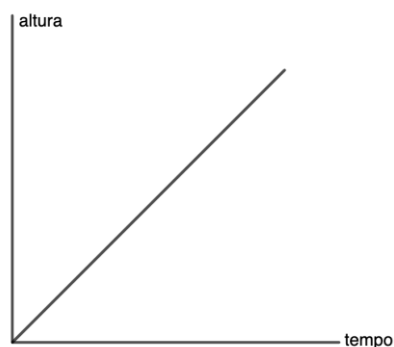
(A)



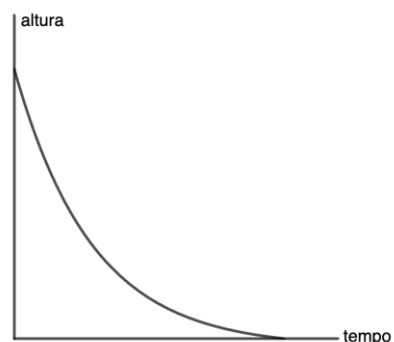
(B)



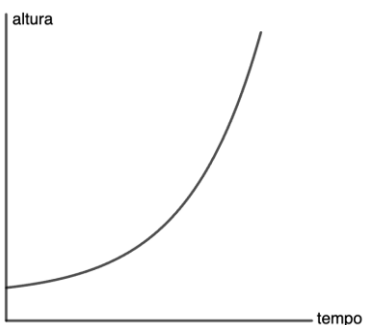
(C)



(D)



(E)



9

Aluísio, Berenice, Cícero e Durvalina são pessoas que nasceram no dia 12 de janeiro. Quando Berenice nasceu, Cícero tinha 4 anos. Atualmente, a idade de Cícero corresponde à média aritmética das idades de Berenice e Durvalina e a idade de Durvalina corresponde à média aritmética das idades de Cícero e Aluísio.

Se a soma das idades desses 4 indivíduos é 136 anos, quando Berenice tinha a metade da idade atual de Durvalina, a pessoa mais velha entre eles estava com

- (A) 22 anos.
- (B) 24 anos.
- (C) 26 anos.
- (D) 28 anos.
- (E) 30 anos.

10

Uma roleta apresenta todos os números inteiros desde o zero até o 36. Cada número figura em uma célula distinta e cada célula possui cor única.

Estão em células pretas os seguintes números:

{2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 35}.

Estão em células vermelhas os seguintes números:

{1, 3, 5, 7, 9, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 34, 36}.

O número zero é o único a figurar em uma célula verde.

Sorteando-se, ao acaso, um desses números, a probabilidade de que o número esteja em uma célula vermelha, dado que ele é múltiplo de 5 é

- (A)  $\frac{3}{7}$ .
- (B)  $\frac{4}{7}$ .
- (C)  $\frac{3}{8}$ .
- (D)  $\frac{1}{2}$ .
- (E)  $\frac{5}{9}$ .

11

Em uma loja, um artigo pode ser adquirido a vista ou a prazo. Hilton decidiu comprar esse artigo mediante 3 pagamentos:

- R\$ 120,00 no ato da compra;
- R\$ 62,00 um mês após o ato da compra;
- R\$ 260,00 dois meses após o ato da compra.

Com esses 3 pagamentos, a dívida foi quitada.

A loja cobrou de Hilton juros compostos de 4% ao mês. Sabendo-se que os três pagamentos descontados a essa taxa e trazidos a valor presente para a data da compra correspondem, quando somados, ao valor a vista do artigo, pode-se concluir corretamente que esse valor

- (A) era maior que R\$ 440,00.
- (B) era maior que R\$ 400,00 e menor que R\$ 440,00
- (C) era maior que R\$ 360,00 e menor que R\$ 400,00.
- (D) era maior que R\$ 320,00 e menor que R\$ 360,00.
- (E) era menor que R\$ 320,00.

## Administração Financeira e Orçamentária

12

Orçamento tradicional e orçamento moderno são caracterizações "ideais" das situações extremas da evolução do orçamento público.

Assinale a afirmação abaixo que apresenta uma diferença entre o orçamento tradicional e o orçamento moderno.

- (A) O orçamento tradicional tem como foco principal a transparência, enquanto o orçamento moderno se concentra na fiscalização dos impostos.
- (B) O orçamento tradicional é utilizado como instrumento de planejamento estratégico, enquanto o orçamento moderno é focado apenas no controle político.
- (C) O orçamento tradicional tem como função principal o controle político, enquanto o orçamento moderno é um instrumento de administração, auxiliando o Executivo no processo de programação, execução e controle.
- (D) O orçamento moderno prioriza o controle político, enquanto o orçamento tradicional serve como ferramenta de gestão financeira.
- (E) O orçamento moderno elimina a necessidade de controle financeiro, algo essencial no orçamento tradicional.

13

O sistema orçamentário, amplamente difundido na América Latina por meio do ILPES/CEPAL, é concebido como uma ferramenta essencial para a formulação de estratégias de desenvolvimento. Essas estratégias resultam da escolha de "grandes alternativas", as quais são projetadas para contribuir de maneira mais eficaz ao crescimento e ao progresso socioeconômico do país, integrando o planejamento com as ações orçamentárias de forma coordenada e estratégica.

Três elementos principais que compõem a estratégia de desenvolvimento dentro do sistema orçamentário, são:

- (A) Planejamento, execução e avaliação.
- (B) Formulação de uma imagem prospectiva, projetos estratégicos e enunciado de políticas básicas.
- (C) Definição de objetivos econômicos, distribuição de recursos e controle de despesas.
- (D) Políticas públicas, arrecadação de impostos e investimentos sociais.
- (E) Metas financeiras, planejamento orçamentário e execução de políticas.

14

O Manual Técnico de Orçamento (MTO) - Edição 2024 é um guia fundamental que orienta a elaboração, execução e controle do orçamento público, oferecendo diretrizes atualizadas para garantir maior transparência, eficiência e conformidade com as metas fiscais e prioridades governamentais.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de receita primária do Governo Federal.

- (A) Receitas obtidas através de tributos e contribuições sociais.
- (B) Receitas provenientes da emissão de títulos públicos.
- (C) Receitas decorrentes de operações de crédito com organismos oficiais.
- (D) Aplicações financeiras da União junto ao mercado financeiro.
- (E) Receitas resultantes da contratação de operações de crédito.

**15**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio.

Assinale a opção que descreve as condições necessárias para que uma despesa seja inscrita em Restos a Pagar Não Processados.

- (A) A despesa deve ser liquidada antes do término do exercício financeiro.
- (B) O credor deve ter recebido o pagamento integral antes de 31 de dezembro do exercício financeiro.
- (C) O empenho deve ser liquidado e o pagamento deve estar pendente de aprovação legislativa em 31 de dezembro.
- (D) A despesa deve ser referente a um contrato que será renovado no exercício seguinte.
- (E) O serviço ou material contratado deve ter sido entregue, mas ainda em fase de verificação do direito adquirido pelo credor em 31 de dezembro, ou o prazo para cumprimento da obrigação deve estar vigente.

**16**

A Lei de Acesso à Informação (LAI) garante o direito de solicitar informações públicas, e, em caso de indeferimento ou negativa de acesso, o interessado pode interpor recurso no prazo de 10 dias a contar de sua ciência.

O procedimento a ser seguido pelo requerente em caso de indeferimento de um pedido de desclassificação de informações em um órgão da administração pública federal, é:

- (A) O requerente pode recorrer diretamente à Comissão Mista de Reavaliação de Informações sem passar por outras autoridades.
- (B) O recurso deve ser encaminhado ao Ministro de Estado da área após ter sido submetido a, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que tomou a decisão impugnada, exceto no caso das Forças Armadas, onde o recurso deve ser dirigido diretamente ao Comando.
- (C) O requerente pode recorrer diretamente ao Presidente da República após o indeferimento da desclassificação de informações secretas ou ultrassecretas.
- (D) Não há necessidade de submeter o recurso à apreciação de uma autoridade superior antes de recorrer ao Ministro de Estado.
- (E) Em caso de indeferimento, o requerente só pode recorrer à Comissão Mista de Reavaliação de Informações se a informação for classificada como sigilosa.

## Administração Pública

**17**

Desde a década de 1980, os defensores da nova gestão pública realizaram um ataque contínuo ao paradigma weberiano, promovendo valores empresariais e travando uma batalha ideológica contra a administração pública tradicional.

Assinale a opção que apresenta uma consequência ideológica da nova gestão pública.

- (A) O fortalecimento do ethos do serviço público.
- (B) A administração pública foi vista como a solução para os problemas sociais.
- (C) O governo passou a ser considerado parte do problema.
- (D) A ignorância do conceito de eficiência administrativa.
- (E) A centralização do poder no governo.

**18**

O ato administrativo refere-se a uma categoria específica de atos praticados no exercício da função administrativa.

Uma característica própria do ato administrativo

- (A) é a de se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.
- (B) é a de produzir efeitos jurídicos imediatos e está sempre sujeito a controle judicial.
- (C) é a de sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.
- (D) é a de poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.
- (E) é a de não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.

**19**

No direito brasileiro, a Lei nº 8.666/93 define a licitação como o procedimento prévio à celebração de contratos administrativos, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, promover o desenvolvimento nacional e garantir a isonomia entre os licitantes. Com a Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), esses objetivos foram ampliados, incluindo a seleção da proposta mais vantajosa, assegurar a justa competição, evitar sobrepreço e superfaturamento, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Uma diferença básica entre dispensa e inexigibilidade nas licitações públicas é que

- (A) a dispensa, não há possibilidade de competição, enquanto na inexigibilidade a competição é obrigatória.
- (B) a inexigibilidade, a licitação é obrigatória em todos os casos, enquanto na dispensa a licitação é opcional.
- (C) a dispensa, a licitação deve sempre ser realizada, enquanto na inexigibilidade a licitação não pode ocorrer.
- (D) a dispensa, há possibilidade de competição, e a Administração tem discricionariedade para optar por realizar ou não a licitação, enquanto na inexigibilidade a competição é inviável devido à existência de um único fornecedor ou objeto.
- (E) a inexigibilidade ocorre apenas em casos de emergência, enquanto a dispensa é utilizada para compras de menor valor.

**20**

A Lei Complementar nº 476/2019 dispõe sobre a organização administrativa e a gestão dos cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo do município de Cuiabá-MT.

O nível de gerência superior.

- (A) é representado pelos Titulares de entidades e Secretários Adjuntos, responsáveis pela implantação e controle de programas, projetos e atividades da Secretaria.
- (B) é responsável pelo assessoramento técnico-administrativo e especializado nos órgãos da Administração Municipal.
- (C) é representado pelos Conselhos ou assemelhados, responsáveis pela decisão colegiada.
- (D) compreende as Diretorias, Coordenadorias e Gerências, responsáveis pelas atividades-fim de cada órgão.
- (E) representado por unidades localizadas em Distritos e regiões, aproximando as ações da Prefeitura à população.

**21**

As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública.

A tipologia que distingue as políticas públicas de acordo com seus conteúdos técnico e político é a de

- (A) Lowi.
- (B) Wilson.
- (C) Gormley.
- (D) Gustafsson.
- (E) Bozeman e Pandey.

**Direito Administrativo****22**

Karla, servidora pública do Município de Cuiabá, foi questionada sobre as peculiaridades da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), notadamente em relação aos aspectos atinentes à competência.

Diante dessa situação hipotética, assinale a assertiva que indica a resposta correta a ser dada por Karla, com base no aludido Diploma Legal.

- (A) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, bem como objeto de subdelegação.
- (B) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargos efetivos, que não precisam ter alcançado a estabilidade.
- (C) A comissão responsável por conduzir o processo administrativo de responsabilização poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação, além de ser competente determinar medida de busca e apreensão.
- (D) Caso as autoridades administrativas competentes fiquem omissas em promover a responsabilização administrativa com base na lei em comento, a aplicação de tais penalidades poderá ser objeto de ação ajuizada pelo Ministério Público.
- (E) É vedada a desconsideração da personalidade jurídica no exercício da competência administrativa, havendo expressa proibição quanto à extensão dos efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, em qualquer caso.

**23**

Com vistas a regulamentar os dispositivos constitucionais que conferem ênfase ao controle interno, o Município de Cuiabá fez editar a Lei nº 5.494/2011, que dispõe sobre a implantação do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal e dá outras providências, com vistas a assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

À luz do disposto expressamente no Art. 70 da CRFB/88 e textualmente referido na mencionada norma municipal, é correto afirmar que a aludida fiscalização é realizada quanto à

- (A) conveniência, oportunidade e efetividade.
- (B) legalidade, legitimidade e economicidade.
- (C) motivação, eficiência e relatividade.
- (D) consensualidade, obrigatoriedade e exigibilidade.
- (E) efetividade, eficiência e executoriedade.

**24**

Sociedade *Borabombar* desenvolve atividade empresarial relacionada a venda de artigos para festas, mas, seus representantes, clandestinamente, decidiram vender fogos de artifício para incrementar o negócio, sendo certo que foram realizadas inúmeras denúncias junto ao poder público local acerca de tal fato, sem que qualquer providência fosse adotada pelos agentes competentes municipais.

Diante do indevido acondicionamento dos referidos produtos irregulares no fundo do depósito da respectiva loja, houve uma explosão que ocasionou danos materiais e morais a Amaury, que foi atingido pelos destroços quando transitava na localidade no momento do trágico evento.

Por considerar que o Município deve ser civilmente responsabilizado, em decorrência de sua obrigação de fiscalizar tais atividades empresariais, Amaury visa a ajuizar ação indenizatória em face do mencionado ente federativo.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Considerando que o comércio de fogos de artifício é uma atividade que põe em risco à coletividade, o ordenamento prevê a responsabilização do Município com base na teoria do risco integral com relação ao exercício da respectiva fiscalização.
- (B) Não é cabível a responsabilização do Município por omissão no dever de fiscalização, em qualquer caso, na medida em que os entes federativos não podem ser considerados seguradores universais, sendo uma das situações em que o ordenamento prevê expressamente a irresponsabilidade do Estado.
- (C) Tendo em vista que a ausência de fiscalização corresponde a uma conduta omissiva do ente federativo, a responsabilização civil do Município na hipótese narrada é subjetiva, sendo indispensável a demonstração do elemento subjetivo para a sua caracterização.
- (D) Considerando que a responsabilidade pela explosão é da sociedade que condicionou os produtos indevidamente, eventual responsabilização do Município apenas pode ser subsidiária, na medida em que não há causalidade imediata entre a sua omissão e o dano.
- (E) A caracterização da responsabilidade objetiva do Município em tais casos exige a violação de um dever jurídico específico de agir, como se infere do caso narrado, em que as inúmeras denúncias demonstram que as irregularidades praticadas pelo particular eram de conhecimento do poder público.

**25**

Marlon, servidor público do Município Ômega, passou a exercer atribuições relacionadas à gestão dos bens públicos do referido ente federativo, razão pela qual teve que aprofundar os seus conhecimentos acerca do respectivo regime jurídico.

Tendo em conta a classificação dos bens públicos e as peculiaridades do respectivo regime jurídico, à luz do ordenamento pátrio, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens de dominicais são os únicos que podem ser usucapidos, mas são considerados inalienáveis.
- (B) Os bens de uso comum do povo são imprescritíveis e inalienáveis, mas podem ser penhorados no âmbito da execução contra a Fazenda Pública.
- (C) Apenas os bens dominicais são considerados passíveis de alienação, preenchidos os demais requisitos legais, pois estão desafetados.
- (D) Os bens de uso comum e os de uso especial podem ser usucapidos, sendo, no entanto, inviável a sua alienação enquanto mantida a respectiva destinação.
- (E) Somente os bens de uso comum do povo não podem usucapidos, considerando a sua especial afetação.

**26**

Após compulsar a Lei de acesso à Informação do Município de Cuiabá (Lei Municipal nº 5.715/2013), Gilmara verificou corretamente que:

- (A) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (B) O prazo máximo e restrição de informação que for considerada secreta é de 5 (cinco) anos e a respectiva classificação, nos termos da lei, é de competência do Prefeito Municipal, dos Secretários Municipais e dos dirigentes máximos das unidades da Administração Indireta municipal.
- (C) O dever do Município de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, de forma clara e objetiva no Portal Transparência do Município, das informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo municipal é condizente com a transparência passiva.
- (D) É vedado o fornecimento de informações de interesse público que não estejam classificadas com sigilo sem que o interessado indique os motivos determinantes da solicitação formalizada ao órgão pertinente, sendo certo que a autoridade competente pode conferir prazo para que tais justificativas sejam formalmente apresentadas.
- (E) Os órgãos e entidades públicas respondem subsidiariamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional dos agentes, que respondem objetivamente pelos ilícitos elencados na norma em questão.



27

Em determinado Município, após a realização de estudos acerca da melhor forma de impulsionar a eficiência da Administração Pública, concluiu-se que seria pertinente a criação de uma entidade administrativa para exercer atividade regulatória no âmbito dos serviços públicos locais, a qual deveria ser dotada das seguintes características: personalidade jurídica de direito público, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira reforçadas, ausência de subordinação hierárquica, investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

Nesse contexto, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) As características apontadas delimitam uma Agência Reguladora, entidade que, contudo, não pode ser criada pelos Municípios no âmbito de sua organização administrativa, na medida em que apenas podem ser instituídas pela União.
- (B) O Município deveria criar um órgão colegiado na estrutura da Secretaria dos serviços públicos em análise, a fim de conferir-lhe as características delineadas nos mencionados estudos para o exercício da atividade regulatória.
- (C) Diante das características narradas, deve ser criada uma empresa pública, a qual deverá ser outorgado o monopólio dos serviços públicos em questão, a fim de que lhe seja conferido o tratamento de Fazenda Pública.
- (D) Não é viável a criação da referida entidade administrativa com a característica de ausência de subordinação hierárquica, pois necessariamente existe hierarquia entre a Administração Direta e a Indireta.
- (E) Considerando a característica atinente à investidura de seus dirigentes, a norma que venha a criar a entidade administrativa em comento não poderá estabelecer a viabilidade de exoneração *ad nutum* de tais dirigentes.

28

Instada a se manifestar acerca da viabilidade de uma decisão administrativa, controladora ou judicial ser tomada com base em valores jurídicos abstratos, à luz do disposto na Lei nº 4.657/42, com a redação conferida pela Lei nº 13.655/2018, Vanessa esclareceu corretamente que

- (A) a tomada de decisão com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão é aplicável apenas na esfera administrativa, não sendo pertinente em relação às esferas controladora e judicial;
- (B) somente a esfera judicial não se submete à proibição de que sejam tomadas decisões com bases em valores abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, diferentemente das esferas administrativa e controladora;
- (C) a vedação quanto à decisão com base em valores jurídicos abstratos é absoluta no âmbito da esfera controladora da Administração, persistindo a proibição mesmo que sejam indicadas as consequências práticas da decisão;
- (D) a esfera administrativa é a única ressalvada da proibição de que não se decidirá com base em valores abstratos, desde que indicadas as consequências práticas da decisão;
- (E) a restrição quanto à tomada de decisão pautada em valores abstratos, sem que sejam consideradas suas consequências práticas, é aplicável nas esferas administrativa e controladora, bem como na judicial.

## Direito Constitucional

29

Após a edição, pelo Estado Alfa, da Lei nº X, diploma normativo que diversos estudiosos entendiam ser inconstitucional por disciplinar matéria de competência legislativa municipal, ocorreu uma reunião entre diversos segmentos do Partido Político Delta, que contava com representantes no Senado Federal, no qual se concluiu que o referido diploma normativo deveria ser submetido ao controle concentrado de constitucionalidade. Por tal razão, o diretório estadual de Delta ingressou com ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº X, o que levou à declaração de inconstitucionalidade desse diploma normativo pelo Supremo Tribunal Federal, sendo vencidos três ministros, que o consideravam constitucional. Com o mesmo número de votos, foi decidido que a decisão produziria efeitos *ex nunc*.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação ao estabelecimento de efeitos *ex nunc*.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação ao autor da ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação ao número de Ministros que declararam a inconstitucionalidade.

30

João não foi admitido em um programa assistencial do Município Alfa, pois, considerando as informações constantes dos cadastros municipais, ele não preencheria os requisitos exigidos para figurar como beneficiário do referido programa. Irresignado, João requereu ao órgão competente de Alfa o acesso às suas informações pessoais, o que lhe foi negado sob o argumento de que seriam informações sensíveis, não podendo ser publicizadas sem prévia autorização judicial. Apesar de ter manejado os recursos administrativos cabíveis, João não logrou êxito em alterar esse entendimento.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa de acesso

- (A) em razão dos motivos indicados, somente pode ser objeto de ação civil pública a ser ajuizada pelo Ministério Público.
- (B) foi correta, sendo insuscetível de impugnação, considerando o caráter constitucional da proteção dos dados pessoais.
- (C) pode ser superada com o uso do *habeas data*, o que decorre do caráter pessoal da informação a que João pretende ter acesso.
- (D) pode ser superada com o uso do mandado de segurança, o que decorre da injuridicidade da negativa, que violou direito líquido e certo de João.
- (E) somente será tida como correta, logo, insuscetível de impugnação, se o caráter sensível da informação tiver sido reconhecido pela legislação municipal.

**31**

João, professor de direito constitucional, questionou um aluno em relação à possibilidade, ou não, de um mesmo agente, que não ocupa cargo eletivo e não é candidato à reeleição, vir a ser alcançado por causa de inelegibilidade, de natureza constitucional, que o impeça de concorrer para cargos eletivos de certos entes da federação, mas não para cargos eletivos de entes diversos.

Foi corretamente respondido a João que

- (A) sim, mas apenas na inelegibilidade decorrente de parentesco.
- (B) sim, mas apenas na inelegibilidade decorrente de situação funcional.
- (C) não, pois causas de inelegibilidade restringem a cidadania em sua acepção passiva, o que se dá de modo integral.
- (D) não, pois somente a suspensão dos direitos políticos pode ser segmentada em certos níveis federativos, conforme a causa que lhe deu origem.
- (E) não, pois a incidência da causa de inelegibilidade apenas em determinado nível federativo somente pode ocorrer em relação aos candidatos à reeleição.

**32**

Com o objetivo de preservar a higidez do patrimônio público e evitar a sua dissipação pelas maiorias ocasionais, foi aprovada a Emenda Constitucional nº X, que alterou a Constituição do Estado Alfa para dispor que a alienação de terras públicas, independente de sua dimensão, exigiria prévia autorização da Assembleia Legislativa. Irresignado com o teor dessa alteração, o Governador do Estado solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com a Constituição da República.

Foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que a alteração

- (A) afronta a competência legislativa privativa da União para legislar sobre normas gerais afetas aos contratos administrativos.
- (B) se ajusta à autonomia política de Alfa, pois compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar a alienação de terras públicas estaduais.
- (C) afronta a separação dos poderes ao condicionar escolhas do Chefe do Poder Executivo à chancela do Poder Legislativo, sendo, portanto, inconstitucional.
- (D) apenas encampa norma de reprodução obrigatória já prevista na Constituição da República, que passa a ser textualmente reproduzida na Constituição Estadual.
- (E) busca tutelar o patrimônio público, em harmonia com a separação dos poderes, o que não afasta a competência do Congresso Nacional para autorizar a alienação de certos bens estaduais.

**33**

A Medida Provisória nº X (MPX), com base nos princípios afetos ao federalismo cooperativo e à transparência fiscal, aperfeiçoou os critérios sobre a entrega, pela União, a fundos e entes federativos, de parte dos recursos arrecadados no exercício de sua competência tributária, como determinado pela Constituição da República. Apesar do decurso de sessenta dias desde a publicação da MPX, ela não foi definitivamente apreciada nas duas casas do Congresso Nacional, o que levou à sua prorrogação por mais sessenta dias. Como, mesmo após o decurso desse prazo, a MPX não foi apreciada, foi reconhecida a perda de sua eficácia a partir do decurso do prazo total de cento e vinte dias. Por fim, foram iniciadas as medidas necessárias para a edição de decreto legislativo, embora não tenha ocorrido rejeição expressa da MPX, visando a disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes, em razão da cessação de sua eficácia.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) somente apresenta irregularidade em relação aos prazos de vigência inicial e de prorrogação da MPX.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da MPX e ao momento de perda de sua eficácia.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao prazo de prorrogação e ao momento de perda de eficácia da MPX.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação à votação em separado nas duas casas do Congresso Nacional e ao objeto da MPX.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à votação em separado nas duas casas do Congresso Nacional e à edição do decreto legislativo.

**34**

João, ocupante exclusivo de cargo em comissão no âmbito do Poder Executivo do estado Sigma, preencheu os requisitos para a aposentadoria voluntária, mas teve o seu requerimento indeferido pelo órgão competente. Pouco mais de seis meses após o indeferimento, decidiu ingressar com uma ação judicial, perante o juízo competente de primeira instância, com o objetivo de que fosse reconhecido o seu direito à aposentadoria. Em sua análise preliminar, constatou que a comarca na qual tinha domicílio não era sede de vara federal.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que João

- (A) por ser servidor do estado Sigma, deve ajuizar eventual ação perante a Justiça Estadual.
- (B) está vinculado ao regime próprio de previdência social, logo, deve ajuizar a ação perante a Justiça Estadual.
- (C) está vinculado ao regime geral de previdência social, logo, pode ajuizar a ação perante a Justiça Estadual caso a lei o autorize.
- (D) irá discutir matéria previdenciária, logo, quer esteja vinculado ao regime próprio de previdência social, quer ao regime geral, deve ajuizar a ação perante a Justiça Federal.
- (E) deve ajuizar a ação perante a Justiça Federal, já que o fato de a comarca em que reside não ser sede de vara federal, não afasta o caráter absoluto da competência desse ramo.

35

Em razão de aposentadorias e falecimentos de servidores públicos ocupantes do cargo de provimento efetivo de professor, o que colocou em risco a manutenção das aulas no âmbito da rede pública do Estado Alfa para elevado quantitativo de crianças e adolescentes, o referido ente federativo editou a Lei estadual nº X. De acordo com esse diploma normativo, foi autorizada a contratação de professores, sem a realização de concurso público, por até doze meses, para que fosse assegurada a continuidade das atividades escolares, até que fosse realizado concurso público para a contratação do pessoal necessário ao preenchimento dos referidos cargos.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que a lei estadual nº X é

- (A) inconstitucional, na medida em que Alfa não tem competência para legislar sobre a matéria.
- (B) constitucional, na medida em que a contratação se destina a suprir uma necessidade temporária, a ser suprida em prazo determinado.
- (C) inconstitucional, por afrontar a exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo.
- (D) inconstitucional, pois a causa que motivou a contratação temporária era previsível, de modo que a desídia do administrador público não pode justificar a sua realização.
- (E) constitucional, pois compete a cada ente federativo avaliar as situações em que as funções próprias dos cargos de provimento efetivo devem ser desempenhadas por agentes com vínculo permanente ou temporário.

## Contabilidade Geral

36

Em 01/09/2024, uma sociedade empresária concedeu um empréstimo de R\$ 10.000 a um empregado. O salário mensal do empregado é de R\$ 40.000. Foi acordado que o valor do empréstimo seria integralmente descontado do salário de outubro, pago em novembro.

No momento da concessão do empréstimo, a sociedade empresária deve reconhecer, em contrapartida à diminuição do caixa:

- (A) despesa, no resultado.
- (B) despesa a pagar, no passivo.
- (C) despesa antecipada, no ativo.
- (D) empréstimos a funcionários, no ativo.
- (E) empréstimos a funcionários, no passivo.

37

Uma sociedade empresária emitiu debêntures conversíveis em ações. A quantidade de ações a serem emitidas no processo de conversão foi prefixada.

No Balanço Patrimonial, a sociedade empresária classificou as debêntures como patrimônio líquido.

A classificação está

- (A) correta, se a conversão for obrigatória.
- (B) correta, apenas se a conversão for prevista para acontecer em até um ano.
- (C) incorreta, uma vez que a debênture conversível representa uma obrigação com terceiros.
- (D) incorreta, se a decisão em relação à conversão já foi tomada pelas partes.
- (E) correta, uma vez que a debênture conversível representa uma obrigação da sociedade empresária com os sócios.

38

Uma sociedade empresária paga os salários de seus empregados no dia 10 do mês seguinte ao trabalhado. Deste modo, os salários de dezembro são pagos em janeiro do ano seguinte.

Em 2022, os salários mensais somavam R\$ 200.000, enquanto em 01/01/2023 eles foram ajustados para R\$ 220.000. Do valor, 90% era destinado a empregados da sociedade empresária, enquanto o restante a prestadores de serviços terceirizados.

Assinale a opção que indica o valor referente à distribuição do valor adicionado para Pessoal, na Demonstração do Valor Adicionado da sociedade empresária em 31/12/2023:

- (A) R\$ 2.358.000.
- (B) R\$ 2.376.000.
- (C) R\$ 2.400.000.
- (D) R\$ 2.620.000.
- (E) R\$ 2.640.000.

**39**

Em 01/11/2024, uma sociedade empresária localizada em Cuiabá adquiriu, de um fornecedor em Salvador, uma máquina para utilizar em seu negócio por R\$ 50.000. Se a máquina tivesse sido adquirido em Cuiabá, teria custado R\$ 54.000.

A sociedade empresária pagou R\$ 3.000 pelo frete e R\$ 2.000 pelo seguro do transporte. Além disso, a vida útil foi estimada em dez anos.

Assinale a opção que indica a despesa anual de depreciação da máquina, considerando que a sociedade empresária deprecia os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta:

- (A) R\$ 5.000.
- (B) R\$ 5.200.
- (C) R\$ 5.300.
- (D) R\$ 5.400.
- (E) R\$ 5.500.

**40**

Um analista pesquisou as demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, em seu sítio eletrônico, referentes ao exercício finalizado em 31/12/2023.

O analista não conseguiu acesso às notas explicativas. Mesmo assim, foi possível obter a seguinte informação:

- (A) os resultados dos segmentos do negócio.
- (B) a taxa de juros referente aos empréstimos bancários.
- (C) o saldo do caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior.
- (D) a depreciação acumulada dos elementos do ativo imobilizado.
- (E) o saldo bruto a receber de clientes, sem considerar as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

**41**

Uma entidade havia recebido uma subvenção governamental.

Em 01/01/2023, o crédito diferido não amortizado relacionado à subvenção era de R\$ 20.000.

Em decorrência de questões legais, a entidade precisou devolver R\$ 50.000 referente à subvenção governamental.

Assinale a opção que indica o reconhecimento realizado na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade, decorrente da devolução:

- (A) dedução da receita de R\$ 50.000.
- (B) despesa de R\$ 30.000.
- (C) despesa de R\$ 50.000.
- (D) reversão da receita de R\$ 30.000.
- (E) reversão da receita de R\$ 50.000.

**42**

Em 2023, uma loja de roupas vendia mediante recebimento à vista, apenas. Em 2024, a loja começou a realizar vendas com recebimento a prazo, em até 60 dias.

Em relação ao impacto direto no cálculo dos indicadores da loja, analise o que se afirma a seguir:

- I. Liquidez imediata
- II. Liquidez seca
- III. Margem bruta
- IV. Margem líquida
- V. Endividamento geral

A mudança no modo de recebimento das vendas impacta diretamente o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) V, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) I, II e V, somente.

## Contabilidade Aplicada ao Setor Público

**43**

Em relação à existência de usuários do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), analise o que se afirma a seguir

- I. captação ou utilização de recursos
- II. incorrência de passivos
- III. realização de atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a existência de usuários dos RCPGs de entidade do setor público ou grupo de entidades pressupõe a existência de entidade que tenha a responsabilidade ou a capacidade do que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

**44**

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Orçamentário em 31/12/2023:

- Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência: R\$ 10.000
- Reserva de contingências: R\$ 20.000
- Superávit financeiro de exercícios anteriores: R\$ 25.000
- Recursos arrecadados em Exercícios anteriores: R\$ 30.000

Assinale a opção que indica o Saldo de Exercícios Anteriores no Balanço Orçamentário de 31/12/2023:

- (A) R\$ 40.000.
- (B) R\$ 45.000.
- (C) R\$ 55.000.
- (D) R\$ 65.000.
- (E) R\$ 85.000.

45

Com relação ao Balanço Financeiro, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O objetivo principal do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, assim como é evidenciada no Balanço Patrimonial.
- ( ) Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer da elevação do endividamento público.
- ( ) A discriminação por fonte ou destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V-V-V.
- (B) F-V-V.
- (C) V-F-V.
- (D) V-V-F.
- (E) F-F-V.

46

Após uma entidade do setor público reconhecer as suas receitas orçamentárias, ocorreram fatos supervenientes que ensejaram a necessidade de restituições.

Esses fatos devem ser registrados como

- (A) ajuste de exercícios anteriores.
- (B) dedução da receita orçamentária.
- (C) despesa extra orçamentária.
- (D) despesa orçamentária.
- (E) perdas orçamentárias.

47

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) elenca as provisões a seguir, **com exceção de uma**. Assinale-a:

- (A) Provisões para riscos fiscais.
- (B) Provisões para riscos trabalhistas.
- (C) Provisões para desvalorização de estoques.
- (D) Provisões para repartição de créditos tributários.
- (E) Provisões para riscos decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas.

48

De acordo com a NBC TSP 34– Custos no Setor Público, a definição dos objetos de custos deve considerar, principalmente, as necessidades e os propósitos dos usuários da informação.

Quando a tempestividade da informação de custos impuser custo superior ao seu benefício, a informação

- (A) não deve ser gerada.
- (B) deve ser gerada de modo resumido.
- (C) deve ser gerada, quando material.
- (D) deve ser gerada, quando verificável.
- (E) deve ser gerada, quando comparável.

49

Uma escola do setor público funciona em um prédio cedido por terceiros. O aluguel mensal do prédio é estimado em R\$ 30.000, no entanto, a escola utiliza o prédio de modo gratuito. Além disso, a escola recebe estudantes universitários que realizam atividades com as crianças de modo voluntário. A remuneração regular desse tipo de serviço seria de R\$ 18.000. Ainda, a escola recebe mensalmente a doação de material escolar de uma empresa da região que, se fosse comprado, teria o preço de R\$ 5.000.

De acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, dos recursos consumidos, devem ser atribuídos aos objetos de custos:

- (A) Zero.
- (B) R\$ 23.000.
- (C) R\$ 35.000.
- (D) R\$ 48.000.
- (E) R\$ 53.000.

## Licitações e Contratos

50

Em decorrência de uma situação fática em que foi necessário explicar as fases do procedimento licitatório, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, especificamente em relação à fase de habilitação, Yanna asseverou corretamente que

- (A) a fase de habilitação será necessariamente posterior à fase de julgamento, de modo que, em qualquer caso, será exigida apenas a apresentação dos documentos de habilitação jurídica e técnica apenas do licitante vencedor.
- (B) na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação não poderá sanar eventuais erros ou falhas, mesmo que não alterem a substância e validade jurídica dos documentos, devendo necessariamente inabilitar o licitante.
- (C) a habilitação fiscal, social e trabalhista visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, sendo certo que a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.
- (D) após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em situações excepcionais, em sede de diligência, tais como para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- (E) a habilitação econômico-financeira deve ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, que poderá criar índices e valores para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ainda que não sejam usualmente adotados.

51

Acerca da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que tal sanção

- (A) é a mais grave prevista na norma em comento, de modo que é a única que não pode ser cumulada com a multa, diferentemente das demais penalidades administrativas.
- (B) admite a reabilitação do licitante ou contratado, mediante o preenchimento cumulativo dos requisitos legais, dentre os quais, o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade.
- (C) não poderá ser aplicada nas infrações em que o responsável deixar de entregar a documentação exigida, nem naquela em que ele não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- (D) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- (E) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de Ministro de Estado, de Secretário Estadual ou de Secretário Municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

52

Dionísio, servidor público do Município de Cuiabá, foi designado para o exercício da atribuição de fiscal do contrato, razão pela qual passou a analisar as disposições constantes do Decreto nº 9.650/2023, norma regulamentadora no âmbito do mencionado ente federativo da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos e dá outras providências.

Nesse cenário, Dionísio verificou que **não** está dentre as atribuições de fiscal do contrato mencionadas na mencionada local

- (A) registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção.
- (B) avaliar a qualidade dos serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos.
- (C) manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais.
- (D) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho.
- (E) realizar a atribuição de fiscal do contrato concomitantemente com a de gestor do contrato, com vistas a alcançar maior eficiência nas contratações.

53

Diante das definições constantes da Lei nº 13.019/2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre Administração Pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa que indica a correta delimitação de instrumento por ela definido e que se submete às exigências da mencionada norma.

- (A) Termo de parceria é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
- (B) Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil de interesse público, devidamente qualificadas nos termos da legislação de regência, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.
- (C) Acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- (D) Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- (E) Contrato de gestão é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas tanto pelas organizações da sociedade civil quanto pela Administração, desde que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

54

As situações a seguir elencadas, em relação às quais existem diversos fornecedores e viabilidade de competição, foram submetidas à apreciação para fins de aferir a possibilidade de realização de uma contratação direta:

- I. Contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, considerando que naquela licitação não foram apresentadas propostas válidas.
- II. Contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- III. Contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

Nesse cenário, assinale a alternativa que indica corretamente as situações que são consideradas de inexigibilidade de licitação nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- (A) Todas as situações descritas.
- (B) Apenas a situação descrita em I.
- (C) Apenas a situação descrita em III.
- (D) Apenas nas situações descritas em II e III.
- (E) Nenhuma das situações descritas.

55

Considerando as impugnações previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como as normas atinentes ao controle das licitações e contratações, assinale a opção correta.

- (A) A impugnação do edital de licitação para solicitar esclarecimentos sobre seus termos somente pode ser realizada pelos licitantes habilitados, que são os únicos legitimados para tanto;
- (B) Os integrantes de todas as linhas de defesa, têm o dever de prontamente invalidar as licitações e contratações que apresentem vício na sua realização, inclusive em relação às simples impropriedades formais;
- (C) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento devidamente realizado, deve ser divulgada em sítio eletrônico oficial imediatamente após a data designada para a abertura do certame;
- (D) É vedado aos tribunais de contas suspender o procedimento licitatório, no âmbito do controle que por ele é exercido sobre as licitações e contratações, que integra a terceira linha de defesa;
- (E) Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação da lei de licitações.

56

Ao analisar as disposições da Lei nº 14.133/2021 que versam sobre as cláusulas que devem constar do edital de licitação para registro de preços, Rosalina verificou corretamente que tal instrumento convocatório deverá dispor sobre

- (A) as especificações da licitação, sendo vedado indicar a quantidade máxima de cada item que poderá adquirida;
- (B) as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências;
- (C) o critério de julgamento da licitação que será de melhor técnica ou conteúdo artístico ou de menor preço;
- (D) a impossibilidade de prever preços diferentes quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- (E) a possibilidade de participação do órgão ou entidade em várias atas de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.

## Auditoria Governamental

57

O Instituto de Auditores Internos do Brasil (The IIA) estabelece considerações para implementação de medidas que visem ao desenvolvimento profissional contínuo dos autores internos. Analise as afirmativas a seguir sobre essas considerações:

- I. As equipes de auditoria são responsáveis pelas competências da função de auditoria interna e deveria orçar e planejar oportunidades de treinar e educar-se.
- II. Os auditores internos que possuem credenciais, como a designação *Certified Internal Auditor*, devem estar cientes dos requisitos específicos da política do órgão certificador para manter suas credenciais.
- III. Os auditores internos podem desenvolver novos conhecimentos quando supervisionados adequadamente e designados para trabalhos que envolvam processos ou áreas com as quais tenham experiência limitada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III somente.
- (B) III somente.
- (C) I e II somente.
- (D) II somente.
- (E) I, II e III.

58

Os instrumentos de fiscalização são utilizados para operacionalizar as atividades de competência do órgão de auditoria interna e diferenciam-se, especialmente, quanto finalidade da ação de controle. Nesse sentido, os instrumentos de fiscalização podem ser utilizados para:

- I. Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais;
- II. Suprir omissões e lacunas de informação, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por qualquer responsável, bem como para apurar denúncias ou representações;
- III. Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho de órgãos e entidades públicas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Os instrumentos de que tratam as definições anteriores são denominados, respectivamente:

- (A) Inspeção, Complementação e Auditoria de Regularidade.
- (B) Inspeção, Levantamento e Monitoramento.
- (C) Levantamento, Inspeção e Monitoramento.
- (D) Acompanhamento, Monitoramento, Monitoramento.
- (E) Levantamento, Inspeção e Acompanhamento.

**59**

Segundo Baldresca e Carvalho Jr (2019, p. 240-247) as matrizes de achados, de responsabilização e de planejamento são documentos relevantes desenvolvidos em diferentes etapas da auditoria governamental.

Sobre os referidos documentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A matriz de achados deve registrar o período de exercício das funções e/ou cargos ocupados pelos agentes a quem se imputa determinada irregularidade que configure achado de auditoria;
- II. A matriz de planejamento deve apresentar a descrição das evidências dos Achados de Auditoria;
- III. Na matriz de responsabilização deve ser avaliada a reprovabilidade da conduta do agente, destacando as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I somente.
- (B) II somente.
- (C) III somente.
- (D) I e III somente.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas

**60**

Na matriz de achados, a coluna que registra as medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais que a equipe avalia que devam ser adotadas para os fatos identificados é denominada:

- (A) Benefício da Proposta.
- (B) Evidências.
- (C) Situação Encontrada.
- (D) Critério.
- (E) Propostas de Encaminhamento.

**61**

Evidências são documentos e informações que provam a situação encontrada e respaldam as conclusões do auditor. O atributo segundo o qual a quantidade e qualidade das evidências obtidas devem persuadir o leitor de que os achados, conclusões, recomendações e determinações da auditoria estão bem fundamentados é denominado:

- (A) Suficiência.
- (B) Relevância.
- (C) Confiabilidade.
- (D) Validade.
- (E) Complementariedade.

**62**

O risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, é denominado risco

- (A) de auditoria.
- (B) de detecção.
- (C) inerente.
- (D) de controle.
- (E) de ocorrência.

**63**

As irregularidades/impropriedades constatadas ao longo da execução da auditoria devem ser relatadas de forma estruturada, por achado.

O atributo (ou aspecto) do achado de auditoria que contém a descrição dos fatos ocorridos em cada um dos objetos analisados é denominado:

- (A) Evidências.
- (B) Riscos.
- (C) Situação encontrada.
- (D) Título da irregularidade.
- (E) Encaminhamentos.

**64**

Procedimento de auditoria é um conjunto de exames definidos com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria.

Sobre os procedimentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A escolha dos procedimentos a serem utilizados para o alcance dos objetivos de auditoria é feita durante a fase de execução da auditoria;
- II. A inspeção consiste na verificação de registros, de documentos ou de ativos, que proporcionará ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou do item examinado;
- III. A análise documental requer do auditor capacidade de julgamento, de constatação visual e habilidade para perceber eventuais comportamentos e procedimentos destoantes do padrão de execução.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III somente.
- (B) I, II e III.
- (C) I somente.
- (D) II e III somente.
- (E) II somente.

**65**

Ao elaborar o relatório de auditoria, a equipe de auditores comunicou que não foi possível responder a uma questão de auditoria porque, embora tenham empregado diversas técnicas investigativas, as fontes de informação disponíveis não eram suficientes.

Nessa circunstância, o relato dos auditores constitui:

- (A) Risco de auditoria.
- (B) Limitação de auditoria.
- (C) Opinião adversa.
- (D) Abstenção de opinião.
- (E) Situação encontrada.



66

Acerca do risco de auditoria, considere as afirmações a seguir:

- I. Refere-se aos riscos de negócio do auditor, tais como perda decorrente de litígio, publicidade adversa ou outros eventos surgidos em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis;
- II. Inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso;
- III. A avaliação dos riscos baseia-se em procedimentos de auditoria para a obtenção de informações necessárias para essa finalidade e evidências obtidas ao longo de toda a auditoria.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II somente.
- (B) II e III somente.
- (C) II somente.
- (D) III somente.
- (E) I, II e III.

67

Um dos preceitos das Normas Internacionais Para a Prática Profissional de Auditoria Interna exige dos auditores uma atitude mental imparcial que lhes permita executar os trabalhos da auditoria de maneira a confiarem no resultado de seu trabalho e que não seja feito nenhum comprometimento da qualidade.

Esse preceito normativo refere-se à (ao):

- (A) Independência.
- (B) Objetividade.
- (C) Probidade.
- (D) Legitimidade.
- (E) Confiabilidade.

68

Uma das atribuições da auditoria interna consiste em realizar um exame objetivo da evidência com o propósito de fornecer para a organização uma avaliação independente sobre os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles. Essa atribuição configura um serviço de:

- (A) Significância.
- (B) Consultoria.
- (C) Compliance.
- (D) Avaliação.
- (E) Revisão.

## Controle Interno, Governança e Gestão de Riscos

69

O gestor de uma Secretaria reuniu a equipe para realização de um grupo focal com a finalidade de colher informações para elaboração de uma matriz SWOT. Para tanto, realizou os seguintes questionamentos: O que vocês julgam que fazemos melhor do que os outros? O que torna nosso negócio único?

As perguntas tinham por propósito analisar a seguinte dimensão da análise SWOT:

- (A) Forças.
- (B) Fraquezas.
- (C) Oportunidades.
- (D) Ameaças.
- (E) Inovações.

70

Para o COSO (*Internal Control –Integrated Framework*), os processos de controle internos devem ser constituídos por cinco componentes interrelacionados. Alguns desses componentes são

- (A) transparência e gestão de riscos.
- (B) PDCA e comunicação de resultados.
- (C) controle de qualidade e atividades de avaliação.
- (D) atividades de monitoramento e avaliação de riscos.
- (E) auditoria e sistemas de informação.

71

Sobre o conceito de governança, analise as afirmativas a seguir:

- I. A governança aplica práticas de liderança e de estratégia com a finalidade de direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento;
- II. A governança é responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes organizacionais, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos;
- III. A governança preocupa-se com a qualidade do processo decisório e sua efetividade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) II apenas.
- (E) I e II apenas.

72

O processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade, é denominado

- (A) Gestão de riscos.
- (B) Controle Interno.
- (C) Monitoramento.
- (D) PDCA.
- (E) Matriz de realizações.

**73**

Para o COSO - *Internal Control –Integrated Framework*, o componente do controle interno que considera a estrutura organizacional e a delegação de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter talentos competentes; o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance, é denominado

- (A) Governança.
- (B) Estratégia.
- (C) Ambiente de controle.
- (D) Gestão de pessoas.
- (E) Liderança.

**74**

O Modelo das Três Linhas, desenvolvido pelo The IIA (*The Institute of Internal Auditors*) enumera seis princípios que devem ser observados em sua implementação. O princípio que requer estruturas e processos que permitam a avaliação e assessoria por uma função de auditoria interna independente, para oferecer clareza e confiança, além de promover e facilitar a melhoria contínua, por meio de investigação rigorosa e comunicação perspicaz, é denominado

- (A) Criação e proteção de valor.
- (B) Governança.
- (C) Gestão e os papéis de primeira e segunda linha.
- (D) Accountability.
- (E) Sistemas de Auditoria e Avaliação.

**75**

Sobre o Modelo de Três Linhas desenvolvido pelo The IIA, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio;
- II. Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos.
- III. Alguns papéis de segunda linha podem ser atribuídos a especialistas, para fornecer conhecimentos complementares, apoio, monitoramento e questionamento àqueles com papéis de primeira linha.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) III apenas.

**76**

A matriz SIPOC é uma ferramenta utilizada para, dentre outros objetivos, identificar oportunidades de melhorias nos processos. Ela permite avaliar as diferentes etapas do processo.

Assinale a opção que indica corretamente uma dessas etapas.

- (A) Forças.
- (B) Cenários.
- (C) Missão.
- (D) Valores.
- (E) Fornecedores.

**77**

A análise Bow Tie é uma ferramenta de gestão de riscos que permite analisar

- (A) os ambientes interno e externo da organização e identificar as variáveis que os influenciam.
- (B) as causas de um evento e seus efeitos, conferindo uma análise gráfica dessas variáveis.
- (C) as diferentes etapas de um processo e as tarefas-chave que podem prejudicar a eficiência dos processos.
- (D) as causas de um problema a partir de dimensões a ele relacionadas, como máquinas, processos, mão-de-obra e materiais.
- (E) as estratégias de uma organização a partir das perspectivas financeira, de mercado, de processos internos e de aprendizado organizacional.

**78**

Uma determinada técnica de mapeamento de processos consiste na elaboração de um checklist para responder, dentre outras, a perguntas como: o que será feito? Por que os processos são realizados dessa forma? Onde será feito? Como será feito?

Essa técnica é denominada

- (A) Técnica de brainstorm.
- (B) Diagrama de Ishikawa.
- (C) 5w2h.
- (D) Fluxograma.
- (E) Bow tie.

**79**

A auditoria interna pode realizar serviços de avaliação e de consultoria.

Uma ação desenvolvida nos serviços de avaliação é

- (A) a implantação do gerenciamento de riscos corporativos e controles internos na organização.
- (B) a mediação ou a coordenação de discussões relacionadas ao aperfeiçoamento dos processos de governança.
- (C) a capacitação dos gestores em temas de domínio dos controladores internos.
- (D) o treinamento, revisões de desenvolvimento de sistemas, autoavaliação de performance e controles, e aconselhamento.
- (E) averiguar a exatidão e legalidade dos registros e das demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação do patrimônio.

**80**

Sobre as medidas que podem ser adotadas para aumentar a coordenação e a cooperação entre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as Controladorias do setor público desse Estado, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Evitar a divulgação antecipada dos planos de auditoria do TCE-MT, mas informar as estratégias dos trabalhos em execução para inibir a sobreposição e lacunas de atuação por meio;
- II. Realizar treinamentos conjuntos para auditores das Controladorias e TCE/MT para uniformização de entendimentos em temas relevantes à Administração Pública, com vistas a dar maior segurança jurídica aos fiscalizados;
- III. Compartilhamento, com o Tribunal de Contas do Estado, do resultado dos trabalhos de auditoria para eventual responsabilização de pessoas físicas ou jurídicas, após ter sido realizado o devido encaminhamento do relatório de auditoria e os pedidos de providências, ao gestor responsável.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III somente.
- (C) II somente.
- (D) I e II somente.
- (E) I e III somente.

Realização

